

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXIX CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA
DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

3ª Prova Específica

DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO (VALOR: DOIS PONTOS):

Elesbão foi condenado, pelo Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal, a 2 anos de reclusão, em regime integral fechado, e multa de 36 dias-multa no valor unitário mínimo, por infração ao art. 12 c/c 19, parágrafo único, da Lei 6368/76, tendo o julgador monocrático suspenso a execução da pena privativa de liberdade pelo prazo de 3 anos, mediante o cumprimento das condições estatuidas no art. 78, §§ 1º e 2º do C.P., realizando-se a audiência admonitória de forma regular.

Esclareça, fundamentando:

- O prazo de suspensão precisa ser justificado?
- Sendo concedido o "sursis", deve o julgador estabelecer o regime de cumprimento da pena?
- É possível a cumulação das condições previstas nos §§ 1º e 2º do art. 78 do C.P.?
- É possível o "sursis" em crimes hediondos ou assemelhados?

2ª QUESTÃO (VALOR: DOIS PONTOS):

Em conhecido julgamento bíblico, Salomão teria determinado ao centurião "cortar a criança ao meio", dando uma metade a cada uma das mulheres que pleiteavam sua guarda afirmando-se mães do neo-nato (as duas mulheres haviam dada à luz, cada qual, a uma criança; uma destas crianças morreu, e a mãe desta a fez substituir pelo filho da outra, vivo, surgindo daí o litígio, levado à consideração do Rei e Juiz).

Neste contexto, esclareça, justificando:

- Que crime comete a mulher que substitui seu filho natimorto por outro, vivo?
- E a que não registra o natimorto?
- E a que registra, como seu, filho vivo de outra pessoa?
- E a que altera a filiação, em nascimento verdadeiro, ou dá parto próprio como alheio?

3ª QUESTÃO (VALOR: SEIS PONTOS):

" Facções em guerra dividem Morro do Vidigal

A guerra por pontos de vendas de droga dividiu o Morro do Vidigal em dois territórios. Desde a madrugada de sábado, quando traficantes da Rocinha voltaram a invadir a favela, por volta das 5h, o morro está dominado por duas facções inimigas. Os confrontos deixaram três mortos e um ferido. Segundo a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança, o bando do traficante Eriomar Rodrigues Moreira, o Bem-Te-Vi, que controla o tráfico na Rocinha, entrou no Vidigal pelo alto do morro, tomando a parte de cima da favela.

Os moradores do Vidigal afirmam, no entanto, que o bando do traficante Patrick de Souza Martins, que está preso em Bangu III, é quem está ocupando o alto do morro até o Largo do Santinho. Segundo depoimentos, a quadrilha da Rocinha estaria controlando toda a parte de baixo do Vidigal até a altura da associação de moradores, que está fechada até segunda ordem.

- *Eles vieram subindo de dois em dois e, por volta de 5h30m, recomeçaram a guerra. Só que a polícia chegou e o morro ficou mesmo dividido em duas facções. Agora, quando a polícia sai, recomeça o tiroteio — contou um rapaz. No meio do fogo cruzado, estão os moradores, que vivem ainda um outro dilema: pagar ou não "pedágios". A quadrilha de Patrick cobrava R\$ 80 por semana por linha de mototáxi, R\$ 5 por mês de cada morador e outros R\$ 30 mensais para quem quisesse estacionar carros nas ruas da favela".*

(O trecho acima é transcrição de parte de notícia publicada em matutino da nossa Cidade, na data de hoje – 19 de outubro de 2004).

- Esclareça, justificadamente, se a hipótese configura a existência dos crimes do art. 288, parágrafo único, do C.P.; art. 14 da Lei 6368/76; ou art. 12 c/c 18, III, da Lei 6368/76, isoladamente ou em concurso de crimes, estabelecendo a diferença entre as tipificações. Explícite as penas máximas e mínimas aplicáveis aos seus autores, co-autores ou partícipes, considerando as disposições pertinentes das leis dos crimes hediondos, organizações criminosas ou outras aplicáveis.
- Em que se diferencia o concurso de crimes (real), do concurso (aparente) de normas penais? Justifique, com aplicação ao texto da notícia supra.
- A ação do “fogueteiro” que avisa da chegada de novo carregamento de entorpecente ou da chegada da polícia ao local, soltando fogos de artifício, caracteriza crime? Qual?
- O traficante Patrick, que está preso, pode ser responsabilizado penalmente pelo atuação dos integrantes da sua quadrilha? Esclareça.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (VALOR: CINCO PONTOS):

O Ministério Público denunciou Elesbão, imputando-lhe a realização das condutas tipificadas no art. 12, **caput**, da Lei nº 6.368/76, e no art. 16, **caput**, da Lei nº 10.826/03, em concurso material. Encerrada a instrução, os autos foram ao juiz, que, na fundamentação da sentença, demonstrou haver provas da existência dos dois crimes e de que o réu era seu autor. No dispositivo, consignou que julgava procedente a pretensão punitiva e, por isso, condenava o réu pela prática do crime descrito no art. 12, **caput**, da Lei nº 6.368/76, fixando-lhe as penas de 3 (três) anos de reclusão no regime integralmente fechado e de 50 (cinquenta) dias-multa no valor unitário mínimo. As partes tomaram ciência do **decisum**, mas só o réu recorreu, pleiteando sua absolvição pelo crime de tráfico. Em contra-razões, o Ministério Público, preliminarmente, sustentou a nulidade de sentença, eis que **citra petita**, e, no mérito, sustentou que se negasse provimento ao apelo do réu. Pergunta-se se o órgão julgador de segundo grau poderá acolher a preliminar ministerial. A resposta, qualquer que seja, deverá ser fundamentada.

2ª QUESTÃO (VALOR: CINCO PONTOS):

Elesbão estuprou Polifênia, causando-lhe, em consequência, lesões corporais graves. Aldebaram, pai da vítima, revolveu vingar-se. Por isso, após estudar os hábitos de Elesbão, decidiu esperá-lo escondido em determinado trecho do caminho. Quando Elesbão surgiu, Aldebaram pulou sobre ele e lhe desferiu três golpes de faca, mas foi impedido de continuar com sua ação, porque outras pessoas interferiram e Elesbão não morreu.

Em face da conexão probatória, ambos foram levados a julgamento pelo Tribunal do Júri. Acontece que, em plenário, o julgamento foi desmembrado, realizando-se apenas o de Aldebaram, que acabou absolvido. Indaga-se a quem compete julgar Elesbão pelo crime de estupro. Fundamente.